

**DIREITO DE USO DE RECURSOS HÍDRICOS**  
**CADASTRO Nº 0925/2024**  
**PROCESSO Nº 18201.008899/2024.93**

DADOS DO EMPREENDIMENTO											
Nome/Razão Social: <b>NUBIA DINIZ DA SILVA</b>				CPF/CNPJ: <b>989.654.762-91</b>							
Nome Fantasia: <b>FAZENDA TANGARÁ</b>				CEP: 69.348-000							
Endereço: GLEBA CARACARÁI				Bairro/Distrito: ZONA RURAL							
Telefone: (95) 99117-3946											
Município: IRACEMA						UF: RR					
E-mail: pallasambiental@gmail.com											
Forma de ocupação											
<input checked="" type="checkbox"/>	Proprietário	<input type="checkbox"/>	Comodato	<input type="checkbox"/>	Cessão de uso	<input type="checkbox"/>	Arrendamento	<input type="checkbox"/>	Área Desapropriada	<input type="checkbox"/>	Outras
DADOS TÉCNICOS											
Finalidade de uso: ( ) Empreendimentos com solicitação de registro de licença junto ao DNPM (areia, argila, brita, seixo). ( X ) Derivações e captações individuais de águas superficiais; até 1L/s, desde que não exceda 20% da vazão outorgável, no trecho ou na unidade hidrográfica. ( ) Acumulação de Águas Superficiais; com volume máximo 50.000 m <sup>3</sup> ( ) Águas Subterrâneas destinadas exclusivamente ao uso doméstico em área rural. ( ) Poço amazonas (até 12m). ( ) Poço tubular ou amazonas/cisterna/poço escavado/cacimba com vazão média de até 15 m <sup>3</sup> /dia. ( ) Poços incluídos em pesquisa, com caráter exclusivo de estudo.											
Resolução CEMACT RR 001/11 m <sup>3</sup> /dia. ( ) apicultura ( ) olericultura ( X ) bovinocultura ( ) bubalino ( ) ovino caprinocultura ( ) fruticultura ( ) cultivo de grãos ( ) aquicultura ( ) avicultura ( ) suinocultura ( ) equino											
<b>Coordenadas UTM/GEO:</b>				<b>DATA DE LANÇAMENTO NO CNARH: 24/09/2024</b>							
<b>N:</b>	N 2° 7' 40.00"			<b>VENCIMENTO: 24/09/2034</b>							
<b>W:</b>	W 61° 44' 52.00"										
Vazão captada: 0,03 Vazão captada até 3,6 ou 1 litro por segundo, acima dessa vazão será uma Outorga.											



**Em conformidade com o que estabelece a lei N° 547/2006, art. 13, I, II e III e Decreto Estadual n.º 8123-E, de 12 de julho de 2007, art.14-I e II, art. 24, I, II, III e a Lei 547/2006, art. 13 - Independem de outorga, conforme definido em regulamento:**

- I- O uso dos Recursos Hídricos oriundos do armazenamento de águas excedentes dentro das propriedades para abastecimento de pequenos núcleos populacionais distribuídos no meio rural;
- II- As derivações, captações, acumulações e lançamentos considerados insignificantes por decisão fundamentada dos respectivos Comitês de Bacias Hidrográficas ou órgão gestor dos Recursos Hídricos, no caso de inexistência de Comitê; e
- III- A utilização dos Recursos Hídricos oriundos do armazenamento de águas excedentes dentro das propriedades rurais a critério do respectivo comitê de bacia, com regulamentação do Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Estado de Roraima (CERH-RR).

Decreto Estadual N.º 8123-E, de 12 de julho de 2007, art. 14 - Independem de outorga da Fundação Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos.

I- As derivações e captações de águas superficiais consideradas insignificantes. a) entende-se como uso insignificante as derivações e captações individuais de até 1L/s (um litro por segundo), desde que o somatório não exceda 20% da vazão outorgável, no trecho ou na unidade hidrográfica. II- as Acumulação de Águas Superficiais; com volume máximo 50.000 m<sup>3</sup>.

Art. 24. Está isenta de outorga a captação da água subterrânea destinada exclusivamente ao uso doméstico em área rural e irrigação paisagística, que se enquadrem em um dos seguintes casos: I - poço tubular ou amazonas/cisterna/poço escavado/cacimba com profundidade inferior a 100m (cem metros);

II - poço tubular ou amazonas/cisterna/poço escavado/cacimba com vazão média de até 15m<sup>3</sup>/dia (quinze metros cúbicos por dia);

III - os poços incluídos em pesquisa, com caráter exclusivo de estudo.

Parágrafo único. Essas captações deverão obrigatoriamente ser cadastradas e ficarão sujeitas à fiscalização geral da Fundação Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos e da vigilância sanitária, na defesa da saúde pública. O usuário se enquadra legalmente na condição de Uso insignificante, sendo deferida sua regularização junto a FEMARH/RR.

Resolução CEMACT RR N°. 001 de 05 de maio de 2011 dispõe sobre a Isenção de Licenciamento Ambiental para atividades agropecuárias desenvolvidas nas pequenas propriedades rurais ou caracterizadas como Agricultura Familiar e seu Cadastro Ambiental Rural no Estado de Roraima, sendo referente às atividades de: Olericultura

Bovinocultura  
Bubalinocultura  
Ovinocultura  
Caprinocultura  
Fruticultura  
Aquicultura  
Cultivo de Grãos

Boa Vista, 14 de outubro de 2024.



Documento Assinado Eletronicamente por **Marta Cecília M. de Macêdo Henchen**, Diretor(a) do DRHI/FEMARH-RR em **13/11/2024 às 14:10**

Documento Assinado Eletronicamente por **Mariana Alves de Lima**, Chefe da Divisão de Outorga/DRHI/FEMARH-RR em **13/11/2024 às 09:51**

A autenticidade do documento pode ser conferida no endereço:

<https://validacao.femarh.rr.gov.br/ValidarLicenca.php?codeAuth=6e4f0> informando o seguinte código verificador: **6e4f0**

## HISTÓRICO DE MODIFICAÇÕES

Data e Hora	Usuário	CPF	Campo Alterado	Dado Anterior	Dado Alterado	Motivo de Alteração
<i>SEM ALTERAÇÃO NO MOMENTO!</i>						



# femarh

Fundação Estadual do Meio Ambiente  
e Recursos Hídricos



Documento Assinado Eletronicamente por **Marta Cecília M. de Macêdo Hennen**, Diretor(a) do DRHI/FEMARH-RR em **13/11/2024** às **14:10**  
Documento Assinado Eletronicamente por **Mariana Alves de Lima**, Chefe da Divisão de Outorga/DRHI/FEMARH-RR em **13/11/2024** às **09:51**  
A autenticidade do documento pode ser conferida no endereço:  
<https://validacao.femarh.rr.gov.br/ValidarLicenca.php?codeAuth=6e4f0> informando o seguinte código verificador: **6e4f0**